

# FREGE CONTRA KANT: EPISTEMOLOGIA E LÓGICA

FREGE AGAINST KANT: EPISTEMOLOGY AND LOGIC

NUNO VENTURINHA

*Departamento de Filosofia & IFILNOVA, Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL*  
nventurinha.ifl@fcsh.unl.pt

---

**Abstract.** This paper addresses Frege’s reaction to Kant and questions an influential interpretation, championed by Jim Conant, according to which Frege endorses the essential tenets of Kant’s philosophy, namely his *avant la lettre* anti-psychologistic conception of pure logic. I argue that there are deep differences in point of view between them, which fuel their well-known disagreement about the nature of arithmetic, and that Frege’s rejection of some of the fundamental premises of Kantian epistemology led him to a quite distinct form of anti-psychologism. At the centre of the Frege-Kant dispute lies a completely different understanding of objectivity, which in Frege’s eyes must not be conceived as an expression of our taking to be true, as results from Kant’s framework.

**Keywords:** Conant • epistemology • Frege • Kant • logic • psychologism

---

RECEIVED: 19/02/2022

REVISED: 14/04/2022

ACCEPTED: 21/09/2022

## 1. De Kant a Frege

Kant é visto por muitos como estando nas origens da filosofia analítica,<sup>1</sup> sendo inquestionável que as suas reflexões sobre lógica contribuíram decisivamente para a autonomização desta disciplina face à metafísica ou teoria do conhecimento. Além da *Crítica da Razão Pura* (Kant 1911), as lições de lógica compiladas por Jäsche em 1800 (Kant 1923),<sup>2</sup> baseadas na *Doutrina da Razão* de Meier,<sup>3</sup> constituíram uma leitura obrigatória para todos os interessados nessa matéria no século XIX. Entre eles destaca-se Bolzano, a quem justificadamente se pode chamar “um filósofo proto-analítico” (Margalit 2009, p.17) e cuja *Doutrina da Ciência*, publicada em quatro volumes em 1837, ostentava sugestivamente o subtítulo *Ensaio de uma apresentação pormenorizada e na sua maior parte nova da lógica com constante atenção aos seus autores até agora*.<sup>4</sup> É significativo que o próprio Kant tenha, ainda antes de Fichte, usado a expressão “doutrina da ciência” aparentemente em 1793 (Kant 1942, p.273)<sup>5</sup> e que o *Opus postumum* contenha a possível intitulação de “Filosofia como doutrina da ciência num sistema completo” (*Philosophie als Wissenschaftslehre in einem vollständigen System*), sendo de todo relevante que uma “doutrina da ciência em



geral” (*Wissenschaftslehre überhaupt*) — quando é feita abstracção “dos objetos do conhecimento” — apareça aí pensada em termos de “lógica pura” (Kant 1936, pp.155 e 207). Com efeito, na *Critica da Razão Pura*, ao introduzir a ideia de “lógica transcendental”, Kant distinguira já dentro da “lógica geral” entre “lógica pura” — que é encarada em termos simplesmente formais — e “lógica aplicada” — que tem como âmbito a contingência humana —, defendendo de forma clara e inequívoca que só a “lógica pura” se pode constituir enquanto “ciência” (Kant 1911, B 74-79). Essa distinção será mantida por autores posteriores, entre os quais Jäger, que no seu *Manual de Lógica* reserva a questão do conhecimento para o âmbito da “lógica aplicada”, que se segue à “lógica pura” (Jäger 1839). Não é surpreendente, pois, que encontremos em historiadores contemporâneos da filosofia analítica passagens como esta:

O quadro metaepistemológico de Kant, e em particular a distinção kantiana entre lógica geral pura e lógica transcendental, foi crucial no estabelecimento do estudo da lógica formal como disciplina independente. [...] As compreensões de Kant acerca do escopo, método e lugar da lógica contribuiriam para provocar uma avaliação metaepistemológica em filosofia no mundo alemão e fora dele. As reformas lógicas fundamentais que tiveram lugar ao longo do século XIX surgiram em consequência de a metaepistemologia de Kant proporcionar o tipo de programas de investigação que levariam à separação das preocupações lógicas, psicológicas, epistemológicas e metodológicas em redor do estudo do conhecimento e da cognição. (Lapointe 2019, p.23)

O pensamento de Kant influenciou, de facto, indelevelmente o século XIX, que ficou marcado por clivagens entre idealistas e realistas, incluindo num período mais tardio disputas entre psicologistas e antipsicologistas, as quais não podem ser dissociadas do naturalismo que Helmholtz começou a promover na segunda metade desse século. É preciso ter presente, contudo, que o programa de Helmholtz possuía ainda afinidades com a teoria do conhecimento de Kant, ou não tivesse sido ele um dos impulsionadores do neokantismo, buscando uma ponte entre as ideias kantianas — que tinham em grande parte ficado reféns das posições idealistas de Fichte, Schelling e, sobretudo, Hegel — e os desenvolvimentos científicos da época, algo que se torna particularmente evidente no seu *Manual de Óptica Fisiológica* publicado entre 1856 e 1867 (Helmholtz 1867). Não deverá causar surpresa, portanto, que tenha havido referências recentes a um “kantianismo naturalizado de Helmholtz” (Merrick 2020, pp.2 e, especialmente 67–82) ou a uma “epistemologia naturalizada de Helmholtz” (*ibid.*, pp.2, 6 e 105) enquanto proposta precursora da “epistemologia naturalizada” de Quine (*ibid.*, pp.2, 63, 80 e 179), algo ao qual Cohen, o pai da escola neokantiana de Marburgo, se opôs prontamente.

Aquilo que Cohen rejeita em *A Teoria da Experiência de Kant* é, muito simplesmente, o psicologismo da posição de Helmholtz. Na primeira edição, Helmholtz apa-

rece mencionado no capítulo XIII, “Os princípios sintéticos” (Cohen 1871, pp.222–223), mas será só na segunda edição da obra, bastante expandida e reelaborada, que a postura psicologista de Helmholtz é explicitamente criticada. Reescrevendo o texto em que Helmholtz fora inicialmente referido, no agora capítulo XII, Cohen acrescenta num tom polêmico que a aderência daquele às ideias kantianas tem uma “ressonância psicológico-metafísica” (Cohen 1885, p.451).<sup>6</sup>

Cohen não esteve sozinho na rejeição das ideias de Helmholtz. Frege foi outro dos autores que as rejeitou, dirigindo-lhe duras críticas no segundo volume das *Leis Fundamentais da Aritmética* (Frege 1903, pp.139–140). O alvo concreto de Frege é o ensaio “Contar e Medir, considerados epistemologicamente” (“Zählen und Messen, erkenntnistheoretisch betrachtet”), que Helmholtz publicou em 1887 (Helmholtz 2017), relativamente ao qual confessa:

Difícilmente me apareceu algo mais não filosófico (*unphilosophischer*) do que este ensaio filosófico (*philosophische Aufsatz*), e dificilmente o sentido da questão epistemológica (*der Sinn der erkenntnistheoretischen Frage*) foi mais mal compreendido do que aqui. (Frege 1903, p.140)

A circunstância de a “questão epistemológica” aparecer em Frege subordinada aos seus interesses pelos fundamentos da matemática obscureceu o papel fulcral que essa questão desempenha na filosofia do autor. Quando no prefácio às *Leis Fundamentais da Aritmética* Frege afirma estar focado na procura pelo “fundamento (*Grundlage*) para o ajuizamento da natureza epistemológica (*erkenntnistheoretische Natur*)” dessas leis fundamentais, que no âmbito do seu logicismo correspondem a “leis lógicas” (Frege 1893, p.vii), ele dá um claro sinal de que não é apenas uma questão lógica que está em causa. Isso torna-se evidente na célebre crítica que dirige nesse volume inicial das suas *Leis Fundamentais da Aritmética à Lógica* de Erdmann — outro professo kantiano —, publicada apenas um ano antes. Frege opõe aquilo que denomina “leis do ser verdadeiro” (*Gesetze des Wahrseins*) às “leis do tomar por verdadeiro” (*Gesetze des Fürwahrhaltens*) ou “leis naturais do tomar por verdadeiro humano” (*Naturgesetze des menschlichen Fürwahrhaltens*), enquanto “leis psicológicas”, da “representação” (*Vorstellung*), as quais, defende, não podem fundamentar a lógica tal como pretendia Erdmann (Frege 1893, pp.xvi e xx). Numa caracterização remanescente daquela que Cohen fez do trabalho de Helmholtz, Frege afirma que “Erdmann está atolado num pântano psicológico-metafísico” (*ibid.*, p.xx).<sup>7</sup>

Também Husserl, nos *Prolegómenos à Lógica Pura* que constituem o primeiro volume das *Investigações Lógicas*, aparecido em 1900 e em segunda edição em 1913, criticará duramente a conceção psicologista de Erdmann, vendo no seu “antropologismo” uma defesa do “relativismo” aplicável aos planos da “lógica e doutrina do conhecimento” (Husserl 1975, pp.142 e 153).<sup>8</sup> Subscrevendo inteiramente o prefácio de Frege às *Leis Fundamentais da Aritmética* (*ibid.*, p.172) após este o ter acusado

de psicologismo na *Filosofia da Aritmética* (Frege 1891), Husserl considera que os “princípios lógicos” não são comensuráveis a “vivências psíquicas, atos do tomar por verdadeiro (*Akte des Fürwahrhaltens*), da crença, etc.” ou “atos do tomar por verdadeiro, do representar (*Vorstellen*), etc.” (Husserl 1975, pp.179 e 186). Esta última formulação surge depois de Husserl citar criticamente um passo da *Lógica* de Höfler, o primeiro volume da sua *Propedêutica Filosófica*, uma obra na qual Meinong colaborou, sendo aí usada a noção de *Fürwahrhalten* (Höfler 1890, p.136).<sup>9</sup> Höfler e Meinong foram outros dos autores que Husserl acusou de psicologismo (Husserl 1975, pp.69 e 184–185), mas o mais interessante em todo este debate é que a ênfase da noção de *Fürwahrhalten* se deve primeiramente ao próprio Kant.

Perto do final da Doutrina Transcendental do Método da *Crítica da Razão Pura*, mais concretamente na secção “Do opinar, do saber e do crer” (*Vom Meinen, Wissen und Glauben*), Kant apresenta a “opinião” (*Meinung*), o “saber” (*Wissen*) e a “crença” (*Glaube*) enquanto três modos distintos de uma operação judicativa fundamental que se constitui no nosso “tomar por verdadeiro” (*Fürwahrhalten*) (Kant 1911, B 848–859). Esta noção será aprofundada nos capítulos IX e X da Introdução à *Lógica* que Jäsche estabeleceu (Kant 1923, pp.65–81 e 81–87), figurando igualmente na *Crítica da Razão Prática* (Kant 1913a, pp.142–146) e, muito especialmente, nos dois parágrafos finais da *Crítica da Faculdade do Juízo* (Kant 1913b, pp.461–474), onde Kant diferencia uma perspectiva alética de uma perspectiva antropológica. Nesta última o objeto do juízo constitui-se inevitavelmente “para nós (homens em geral)” enquanto que na primeira se constituiria “em si” (*ibid.*, pp.62–463). A despeito de ter aberto o caminho que levou ao desenvolvimento da lógica pura, Kant manteve-se fiel à não ultrapassagem dos limites da razão humana, correspondendo o *Fürwahrhalten*, enquanto faculdade de julgar, ao reconhecimento do subjectivismo que nos caracteriza.<sup>10</sup> Isso não passou despercebido a Frege, que estava apostado em defender um objectivismo que não fizesse quaisquer concessões epistemológicas, nem que isso significasse fazer outra vez metafísica.

## 2. Frege sobre Kant

No § 3 de *Os Fundamentos da Aritmética*, a propósito das “distinções entre *a priori* e *a posteriori*, sintético e analítico”, Frege esclarece em nota que “não [quer] naturalmente com isto introduzir um novo sentido mas apenas acertar o que autores anteriores, especialmente Kant, quiseram dizer”, ressaltando que tais distinções “não dizem respeito, segundo a [sua] visão, ao conteúdo do juízo mas à justificação para a articulação do juízo” (Frege 1884, p.3). O que Frege está a fazer é a distanciar-se de uma certa concepção kantiana que, na elaboração dessas distinções, atenderia mais ao “conteúdo do juízo” do que à forma justificada ou injustificada mediante

a qual articulamos um juízo. Weiner frisou bem o quão importante é compreender “a reinterpretação de Frege da distinção kantiana analítico/sintético”, insistindo que “esta reinterpretação tem de ser encarada como mais do que uma emenda menor de um detalhe da epistemologia kantiana” (Weiner 1986, p.12). Já Conant, num emblemático artigo publicado pela primeira vez em 1991 — “A Procura pelo Pensamento Logicamente Alienígena: Descartes, Kant, Frege e o *Tractatus*” —, com várias páginas dedicadas ao “kantianismo de Frege”, evoca as passagens do § 3 supracitadas e recorda que “[u]ma série de comentadores pensou que [essa] formulação deveria ser lida como um ataque à formulação kantiana da distinção analítico/sintético”, pese embora, entende, “a intenção de Frege [seja] permanecer fiel ao espírito, se não à letra, da filosofia de Kant” (Conant 2020a, pp.60 e 61, n. 60).<sup>11</sup> Segundo Conant, Frege estará meramente a recuperar uma perspectiva que o une a Kant e que corresponde essencialmente ao antipsicologismo que ambos defendem a propósito da lógica pura. Contudo, o diagnóstico traçado por Weiner, que não oblitera as convergências que existem entre os dois filósofos, será mais judicioso, havendo evidências textuais bastantes para as divergências que Frege assume relativamente a Kant e que dizem fundamentalmente respeito à conceção epistemológica deste último.<sup>12</sup> Atente-se ao que Frege salienta na sequência daquelas observações e designadamente às palavras com que termina:

Quando se chama a uma proposição *a posteriori* ou analítica no meu sentido, não se ajuíza sobre as relações psicológicas, fisiológicas e físicas que tornaram possível formar o conteúdo da proposição na consciência, nem tão pouco sobre como talvez erroneamente alguém logrou tomar isso por verdadeiro (*für wahr zu halten*), mas sobre em que repousa mais fundamentalmente a justificação do tomar por verdadeiro (*Fürwahrhalten*). (Frege 1884, p.3)

Conant cita também esta passagem algumas linhas antes no seu artigo, mas, seguindo a tradução de Austin, coloca a tónica na expressão que aqui é traduzida por “mais fundamentalmente” e não naquilo a que esta locução adverbial se reporta, isto é, “a justificação do tomar por verdadeiro”, que é outra forma de dizer “justificação para a articulação do juízo”. A tradução de Austin, subscrita por Conant, não faz, aliás, muito sentido: “rather, it is a judgment about *the ultimate ground* [my emphasis] upon which rests the justification for holding it to be true” (Conant 2020a, p.60, n. 58). Aquilo que esta tradução sugere é que existe um “fundamento último”, entidade que Conant enfatiza, “sobre o qual repousa a justificação para tomar isso por verdadeiro”. Porém, aquilo que Frege escreve é: “[...] so urtheilt man nicht über [...], sondern darüber, worauf im tiefsten Grunde die Berechtigung des Fürwahrhaltens beruht.” A passagem que antecede a referida nota expõe o *rationale* da interpretação de Conant:

A absoluta generalidade das leis da lógica, para Frege, está ligada ao seu fundamento último no pensamento puro apenas. Para Frege, o par de distinções kantianas analítico/sintético e *a priori/a posteriori* permite a categorização de proposições de acordo com o tipo de fundamento último que figura na sua justificação. (*Ibid.*, p.60)

E Conant acrescenta:

Existem três fontes possíveis de conhecimento e por conseguinte três espécies de fundamento último: (1) percepção sensível (para proposições que são sintéticas *a posteriori*), (2) intuição interna (para proposições que são sintéticas *a priori*) e (3) pensamento puro (para proposições que são analíticas). (*Ibid.*)

Estas passagens são problemáticas desde logo porque hipostasiam esse “fundamento último”, que afinal se desdobraria em três fundamentos últimos,<sup>13</sup> mas também porque sugerem que as leis da lógica — que são “leis do ser verdadeiro” e não “leis do tomar por verdadeiro” — requereriam justificação.<sup>14</sup> Numa nota que se segue à última passagem citada, Conant reconhece que existe “uma diferença importante entre Kant e Frege”, que consiste em que “Frege vê a lógica, considerada em si mesma, como sendo uma fonte de conhecimento distinta”, citando seguidamente um passo dos *Escritos Póstumos* onde é mencionada uma “fonte de conhecimento lógico” a par da “percepção sensível” e das “fontes de conhecimento geométrico e temporal” (*ibid.*, p.60, n. 59). Esta diferença é da maior importância e, *pace* Conant, parece desafiar que “a intenção de Frege [seja] permanecer fiel ao espírito, se não à letra, da filosofia de Kant”. Conant inicia a citação desse passo com a seguinte afirmação do autor: “O que considero como uma fonte de conhecimento é aquilo que justifica o reconhecimento da verdade, o juízo.” (*Ibid.*) Mas as palavras imediatamente precedentes, com as quais Frege abre o texto em causa, intitulado “Fontes de Conhecimento da Matemática e das Ciências Naturais Matemáticas”, de 1924-1925, ajudam a compreender melhor aquilo que realmente o separa de Kant:

Um conhecimento ocorre quando um pensamento é reconhecido como verdadeiro. Para isso o pensamento tem de ser primeiramente apreendido. Porém, não conto a apreensão do pensamento como conhecimento, mas apenas o reconhecimento da verdade, o autêntico julgar. (Frege 1983, p.286)<sup>15</sup>

Que “a apreensão do pensamento” fique fora da esfera do “conhecimento” é algo absolutamente crucial no enquadramento de Frege porque só assim é possível que “o reconhecimento da verdade” possa ou não acontecer preservando em qualquer dos casos a própria verdade. Aquilo que Frege engenhosamente propõe é que o domínio da verdade seja pensado autonomamente face ao considerar algo verdadeiro. A “apreensão do pensamento” é, em última análise, objetiva, podendo nós subjetivamente

reconhecer ou não a sua verdade. Se o fizermos, teremos alcançado conhecimento; se não, incorreremos em erro. A verdade, essa, permanece incólume perante o nosso acerto ou desacerto. Parafrazeando Frege, um conhecimento *não* ocorre quando um pensamento *não* é reconhecido como verdadeiro. Segundo Frege, o teorema de Pitágoras é aquilo que é, revelando-se ou não a alguém. Kant por certo diria: não se ninguém o puder reconhecer. Mas para Frege, mesmo que a humanidade se extinga, em qualquer triângulo rectângulo o quadrado da hipotenusa será sempre igual à soma do quadrado dos catetos. É precisamente por, neste caso, a “fonte de conhecimento lógico” não ser mais do que uma via de acesso ao “reconhecimento da verdade”, um reconhecimento de uma verdade lógica, que Frege pode garantir o carácter *verdadeiramente objetivo* do teorema de Pitágoras.

Passagens explicitamente críticas da filosofia kantiana têm lugar nos §§ 5, 12, 26, 27, 88 e 89 de *Os Fundamentos da Aritmética*, sendo que estas excedem — mas simultaneamente explicam — a recusa do carácter sintético *a priori* da aritmética, que Frege via enquanto analítica,<sup>16</sup> o que não acontecia relativamente à geometria.<sup>17</sup> Merece destaque o que é dito noutra nota, ao § 27, na qual Frege lamenta que Kant tenha discricionariamente empregado a palavra “representação” de forma objetiva e subjetiva, quando a deveria ter usado “apenas num sentido subjetivo”, considerando que, com isso, “ele deu à sua doutrina um colorido muito subjetivo, idealista, e tornou difícil o atingir do seu verdadeiro ponto de vista”, sendo essa “distinção tão justificada como a [distinção] entre psicologia e lógica” (Frege 1884, p.37). Esta afirmação é tanto mais relevante se se tiver presente que o primeiro dos três princípios norteadores enunciados nesse texto corresponde a “separar nitidamente o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo”, referindo Frege logo a seguir que, para o concretizar, “[usou] a palavra ‘representação’ sempre num sentido psicológico e [distinguiu] as representações (*Vorstellungen*) dos conceitos e objetos” (*ibid.*, p.x).<sup>18</sup>

Isto não significa, claro está, que Kant tenha assumido uma atitude psicologista, ele que lançou as bases da lógica pura, mas não deixa de ser um facto que encontramos afirmações oscilantes nas suas lições de lógica. Esta passagem da “Lógica Herder” não descarta o contributo psicológico:

Uma lógica deve estar escrita *diante das pessoas* (vor Menschen). As pessoas têm assim de reconhecer as regras lógicas e poder segui-las: consequentemente, o lógico tem de conhecer a alma humana [...]. Não sem psicologia.” (Kant 1966a, p.3)

As passagens seguintes são da “Lógica Blomberg”, do início dos anos 1770, e traçam mais claramente a distinção entre lógica e psicologia:

Aquela ciência que examina as leis subjetivas das regras do nosso uso do entendimento e da razão denomina-se *psicologia* (Psychologia). A lógica não contém propriamente as regras segundo as quais o humano pensa realmente,

mas as regras como o humano deve pensar. [...] A lógica contém assim as leis objetivas do entendimento e da razão em si. (*Ibid.*, pp.25–26)

Conhecimentos e representações são a mesma coisa (*sind einerley*). [...] Conhecimento e representação são tidos na lógica como a mesma coisa. Cada representação é algo em nós, mas que se relaciona a algo diferente, que é o objeto. Certas coisas representam algo, mas nós representamos coisas. A lógica não nos ensina como devemos representar algo através da consciência, mas ela pressupõe antes a consciência de algo como matéria da psicologia. (*Ibid.*, p.40)

Eis agora uma passagem pertencente à “Lógica Philippi”, que data também do início dos anos 1770 e que debate o tipo de princípios aos quais a lógica está vinculada por diferença face àquilo que se passa nos planos da metafísica, física e moral:

As leis e regras do nosso entendimento são ou subjetivas ou objetivas.

As regras subjetivas do entendimento ou aquelas regras segundo as quais realmente nos servimos do nosso entendimento concernem à psicologia. [...]

Mas as regras segundo as quais nos deveríamos servir do nosso entendimento constituem a lógica. Ela expõe, portanto, as leis objetivas do uso da razão.

A metafísica é também uma ciência das leis da razão, mas apenas da razão pura, que não está misturada com a sensibilidade e que extrai os seus princípios (*Principia*) simplesmente da razão e não da experiência. Ela considera, por conseguinte, os nossos conhecimentos como os teríamos se não tivéssemos um corpo. Por outro lado, a lógica toma emprestados os seus princípios em parte da razão, em parte da experiência.

[...] A física obtém os princípios simplesmente a partir da experiência; a moral tem os seus princípios a partir da razão.” (*Ibid.*, pp.313–314)

Segue-se uma passagem que figura na “Lógica Pölitz”, que é já de um curso dado no início dos anos 1780, coincidindo com a *Crítica da Razão Pura*:

A lógica pode ser dividida em pura e aplicada. A lógica pura considera como o entendimento deve atuar. A lógica aplicada não deveria autenticamente ser denominada lógica pois é uma psicologia, onde consideramos os fenómenos do entendimento como ele costuma atuar, não como ele deve atuar. (Kant 1966b, p.507)

E atente-se, finalmente, a esta passagem da “Lógica Dohna-Wundlacken”:

Todas as observações psicológicas têm de ser excluídas da lógica <pura>. Todas as regras logicamente demonstráveis em geral necessitam sempre de um fundamento do qual são derivadas. Muitas proposições (por exemplo a da contradição) não podem ser provadas de todo, nem *a priori* nem empiricamente. (*Ibid.*, p.694)

Considerando estas passagens juntamente com o subjetivismo que Frege realça, torna-se possível reconhecer, ao arrepio do que seriam as suas intenções, algum “psicologismo no antipsicologismo de Kant” (Jacquette 2003, p.247).<sup>19</sup> É pertinente que Bolzano — cujo objetivismo expresso na teoria das “proposições em si” (*Sätze an sich*) e “verdades em si” (*Wahrheiten an sich*) (Bolzano 1985, §§ 19–33)<sup>20</sup> se assemelha ao que Frege veio a defender através dos seus “pensamentos” (*Gedanken*)<sup>21</sup> — faça girar muita da sua resistência à filosofia kantiana justamente em torno dos modos do *Fürwahrhalten*, o qual, segundo ele, pode gerar basicamente *opiniões*, quando há pouca “confiança” (*Zuversicht*) da parte do sujeito que julga, ou no limite *crenças*, quando essa confiança é mais elevada, mas nunca *saber*, sob pena de este redundar num processo meramente subjetivo (Bolzano 1990, pp.111–113).<sup>22</sup> Contrariamente a Bolzano e Frege, Kant nunca poderia admitir que algo tenha o selo da verdade fora do reconhecimento dessa verdade, mesmo que seja analítica.

## Referências

- Bolzano, B. 1985-2000. *Wissenschaftslehre: Gesamtausgabe*, I, vols. 11,1–14,3. Ed. J. Berg. Estugarda-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog.
- Cohen, H. 1871, 1885. *Kants Theorie der Erfahrung*. Berlim: Ferdinand Dümmler.
- Conant, J. 2020a. The Search for Logically Alien Thought: Descartes, Kant, Frege, and the *Tractatus*. In S. Miguens (ed.), *The Logical Alien: Conant and His Critics*, p.27–100. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Conant, J. 2020b. Leibnizian versus Kantian Conceptions of Logic. In S. Miguens (ed.), *The Logical Alien: Conant and His Critics*, p.405–468. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Conant, J. 2020c. Reply to Stroud on Kant and Frege: On the Relation of Thought to Judgment. In S. Miguens (ed.), *The Logical Alien: Conant and His Critics*, p.783–829. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Dummett, M. 1993. *Origins of Analytical Philosophy*. Londres: Duckworth.
- Erdmann, B. 1892. *Logik*, vol. 1 – *Logische Elementarlehre*. Halle: Max Niemeyer.
- Fichte, J. G. 1965. *Werke 1793-1795: Gesamtausgabe*, I, vol. 2. Ed. R. Lauth & H. Jacob, com M. Zahn. Estugarda-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog.
- Fichte, J. G. 2005. *Werke 1808-1812: Gesamtausgabe*, I, vol. 10. Ed. R. Lauth; E. Fuchs; P. K. Schneider; H. G. von Manz; I. Radrizzani; M. Siegel; G. Zöller, com J. Beeler-Port. Estugarda-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog.
- Frege, G. 1884. *Die Grundlagen der Arithmetik: Eine logisch mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl*. Breslau: Wilhelm Koebner.
- Frege, G. 1892. Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* **100**: 25–50.
- Frege, G. 1893. *Grundgesetze der Arithmetik: Begriffsschriftlich abgeleitet*, vol. 1. Jena: Hermann Pohle.
- Frege, G. 1894. Dr. E. G. Husserl: Philosophie der Arithmetik. Psychologische und logische Untersuchungen. Erster Band. Leipzig, 1891. C. E. M. Pfeffer. *Zeitschrift für Philosophie*

- und philosophische Kritik **103**: 313–332.
- Frege, G. 1903. *Grundgesetze der Arithmetik: Begriffsschriftlich abgeleitet*, vol. 2. Jena: Hermann Pohle.
- Frege, G. 1918-1919. Der Gedanke: Eine logische Untersuchung. *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus 1*: 58–77.
- Frege, G. 1983. Erkenntnisquellen der Mathematik und der mathematischen Naturwissenschaften. In: *Nachgelassene Schriften*, p.286–294. 2a ed. Ed. H. Hermes; F. Kambartel; F. Kaulbach, com G. Gabriel & W. Rödding. Hamburgo: Felix Meiner.
- Hanna, R. 2001. *Kant and the Foundations of Analytic Philosophy*. Oxford: Clarendon Press.
- Helmholtz, H. v. 1867. *Handbuch der physiologischen Optik*. Leipzig: Leopold Voss.
- Helmholtz, H. v. 2017. Zählen und Messen, erkenntnistheoretisch betrachtet. In: *Philosophische und populärwissenschaftliche Schriften*, vol. 2, p.1063–1094. Ed. M. Heidelberger; H. Pulte; G. Schiemann. Hamburgo: Felix Meiner.
- Höfler, A. 1890. *Philosophische Propädeutik*, vol. 1 – *Logik*, em colaboração com A. Meinong. Praga/Viena/Leipzig: F. Tempsky/G. Freytag.
- Husserl, E. 1975. *Logische Untersuchungen*, vol. 1 – *Prolegomena zur reinen Logik: Husserliana*, vol. 18. Ed. E. Holenstein. Haia: Martinus Nijhoff.
- Jacquette, D. 2003. Psychologism Revisited in Logic, Metaphysics, and Epistemology. In: D. Jacquette (ed.), *Philosophy, Psychology, and Psychologism: Critical and Historical Readings on the Psychological Turn in Philosophy*, p.245–262. Dordrecht: Kluwer.
- Jäger, J. N. 1839. *Handbuch der Logik*. Viena: J. G. Heubner.
- Kant, I. 1911. *Kritik der reinen Vernunft*, 2. Auflage 1787: *Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 3. 2a ed. Ed. B. Erdmann. Berlim: Georg Reimer.
- Kant, I. 1913a. *Kritik der praktischen Vernunft*. Ed. P. Natorp. In: *Kritik der praktischen Vernunft — Kritik der Urtheilskraft: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 5, p.1–163. 2a ed. Ed. P. Natorp & W. Windelband. Berlim: Georg Reimer.
- Kant, I. 1913b. *Kritik der Urtheilskraft*. Ed. W. Windelband. In: *Kritik der praktischen Vernunft — Kritik der Urtheilskraft: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 5, p.165–485. 2a ed. Ed. P. Natorp & W. Windelband. Berlim: Georg Reimer.
- Kant, I. 1923. *Logik*. Ed. M. Heinze. In: *Logik — Physische Geographie – Pädagogik: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 9, p.1–150. Ed. M. Heinze; P. Gedan; P. Natorp. Berlim: Walter de Gruyter.
- Kant, I. 1924. *Logik: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 16. Ed. E. Adickes. Berlim: Walter de Gruyter.
- Kant, I. 1936. *Opus postumum, 1. Hälfte (Convolut 1 bis VI)*. In: *Handschriftlicher Nachlaß: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 21. Ed. A. Buchenau & G. Lehmann. Berlim: Walter de Gruyter.
- Kant, I. 1942. *Preisschrift über die Fortschritte der Metaphysik*. In: *Handschriftlicher Nachlaß: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 20, p.253–332. Ed. G. Lehmann. Berlim: Walter de Gruyter.
- Kant, I. 1966a. *Vorlesungen über Logik, 1. Hälfte: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 24,1. Ed. G. Lehmann. Berlim: Walter de Gruyter.
- Kant, I. 1966b. *Vorlesungen über Logik, 2. Hälfte: Kant's gesammelte Schriften* (Akademie-Ausgabe), vol. 24,2. Ed. G. Lehmann. Berlim: Walter de Gruyter.

- Kant, I. 1998a. *Logik-Vorlesung: Unveröffentlichte Nachschriften*, vol. 1 — *Logik Bauch*. Ed. T. Pinder. Hamburgo: Felix Meiner.
- Kant, I. 1998b. *Logik-Vorlesung: Unveröffentlichte Nachschriften*, vol. 2 — *Logik Hechsel, Warschauer Logik*. Ed. T. Pinder. Hamburgo: Felix Meiner.
- Kitcher, P. 1979. Frege's Epistemology. *The Philosophical Review* **88**: 235–262.
- Kusch, M. 1995. *Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge*. Londres: Routledge.
- Lapointe, S. 2019. Introduction. In S. Lapointe (ed.), *Logic from Kant to Russell: Laying the Foundations for Analytic Philosophy*, p.1–27. Nova Iorque: Routledge.
- Margalit, A. 2009. Wittgenstein's Knight Move: Hacker on Wittgenstein's Influence on Analytic Philosophy. In: H.-J. Glock & J. Hyman (eds.), *Wittgenstein and Analytic Philosophy: Essays for P. M. S. Hacker*, p.1–25. Oxford: Oxford University Press.
- Merrick, T. 2020. *Helmholtz, Cohen and Frege on Progress and Fidelity: Sinning Against Science and Religion*. Cham: Springer.
- Mohanty, J. N. 1999. *Logic, Truth and the Modalities: From a Phenomenological Perspective*. Dordrecht: Springer.
- Reed, D. 2007. *The Origins of Analytic Philosophy: Kant and Frege*. Londres: Continuum.
- Rogove, J. 2020. The Phenomenological *a priori* as Husserlian Solution to the Problem of Kant's "Transcendental Psychologism". In: I. Apostolescu & C. Serban (eds.), *Husserl, Kant and Transcendental Phenomenology*, p.57–81. Berlim: Walter de Gruyter.
- Schlick, M. 2009. *Allgemeine Erkenntnislehre: Gesamtausgabe*, vol. 1. Ed. H. J. Wendel & F. O. Engler. Viena: Springer.
- Stroud, B. 2020. Logical Aliens and the "Ground" of Logical Necessity. In S. Miguens (ed.), *The Logical Alien: Conant and His Critics*, p.170–182. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Waxman, W. 2019. *A Guide to Kant's Psychologism: Via Locke, Berkeley, Hume, and Wittgenstein*. Nova Iorque: Routledge.
- Weiner, J. 1986. Putting Frege in Perspective. In L. Haaparanta & J. Hintikka (eds.), *Frege Synthesized: Essays on the Philosophical and Foundational Work of Gottlob Frege*, p.9–27. Dordrecht: D. Reidel.
- Weiner, J. 1990. *Frege in Perspective*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

## Notas

<sup>1</sup>Hanna constitui um bom exemplo ao defender que "a tradição analítica *emergiu* da filosofia de Kant no sentido em que os seus membros foram capazes de definir e legitimar as suas concepções apenas por meio de um comprometimento alargado, intensivo, com a, e de uma rejeição parcial ou completa da, primeira *Crítica*" (Hanna 2001, p.5; cf. p.121). Veja-se também Reed (2007).

<sup>2</sup>São igualmente relevantes as versões Herder, Blomberg e Philippi (Kant 1966a), as versões Pöhlitz, Busolt, Dohna-Wundlacken e de Viena, assim como os extratos das versões Hintz e Hoffmann (Kant 1966b), a versão Bauch (Kant 1998a) e as versões Hechsel e de Varsóvia (Kant 1998b).

<sup>3</sup>No mesmo ano em que publicou a *Vernunftlehre* (1752), Meier fez sair um sumário dessa obra sob o título *Auszug aus der Vernunftlehre*. Foi esta versão resumida que Kant usou como

apoio para os seus cursos ao longo de várias décadas. As suas anotações foram mais tarde publicadas com o texto de Meier (Kant 1924).

<sup>4</sup>No original: *Versuch einer ausführlichen und größtentheils neuen Darstellung der Logik mit steter Rücksicht auf deren bisherige Bearbeiter*. Kant é claramente um desses “autores”, sendo o seu nome recorrentemente mencionado no conjunto da obra (Bolzano 1985-2000).

<sup>5</sup>A *Doutrina da Ciência* de Fichte começou a ganhar forma como opúsculo em 1794 sob o título *Ueber den Begriff der Wissenschaftslehre oder der sogenannten Philosophie*, sendo seguida pela *Grundlage der gesamten Wissenschaftslehre als Handschrift für seine Zuhörer* em 1794-1795 (Fichte 1965) e por várias versões até 1813, intitulando-se a última versão publicada, em 1810, *Die Wissenschaftslehre, in ihrem allgemeinen Umriss dargestellt* (Fichte 2005).

<sup>6</sup>O nome de Helmholtz surge muitas outras vezes aludido ao longo dessa segunda edição.

<sup>7</sup>Refira-se que Erdmann usa uma única vez a noção de *Fürwahrhalten* e fá-lo por referência ao conceito humeano de *belief* (Erdmann 1892, p.609).

<sup>8</sup>Husserl alude outras vezes em conjunto à “lógica e doutrina do conhecimento” (Husserl 1975, pp.206 e 215) ou “lógica e teoria do conhecimento” (*ibid.*, pp.6-7 e 196-197), o que torna claro que, ao contrário de uma ideia que se tornou recorrente na literatura, a questão do psicologismo vai para além da discussão em torno do estatuto das leis da lógica. A sua aplicação à “lógica e epistemologia” é frisada por Kusch (1995, pp.13, 56, 59, 83, 90, 111, 113-114, 143 e 154).

<sup>9</sup>A exemplo do que acontece com Erdmann, trata-se de um uso isolado dessa noção.

<sup>10</sup>Na *Lógica* de Jäsche, Kant deixa claro que aquilo que está em jogo nos três modos do *Fürwahrhalten* é algo que “respeita apenas à *faculdade do juízo*”, ou “*de julgar*” (*Urtheilskraft*), mais concretamente aos “critérios subjetivos da subsunção de um juízo sob regras objetivas” (Kant 1923, p.66).

<sup>11</sup>No recente volume de Miguens *O Alienígena Lógico: Conant e os seus Críticos* encontramos não só a reedição do artigo de Conant mas também diversos estudos sobre o mesmo e as respostas do autor.

<sup>12</sup>Veja-se conjuntamente Weiner (1990, pp.55-81), onde são subscritos em parte os paralelismos entre Kant e Frege traçados por Kitcher (1979). A autora critica, no entanto, o facto de Kitcher atribuir a Kant e, extensivamente, a Frege uma “conceção *psicológica* do conhecimento” concernente à “prova” (*ibid.*, pp.243, 245 e 247-248).

<sup>13</sup>Conant (2020a, p.61) considera que tal “divisão tripartida de Frege dos fundamentos últimos constitui uma hierarquia de generalidade e a classificação da verdade depende de quão fundo se tem de ir nesta hierarquia de forma a fornecer todos os materiais necessários para a sua justificação.” Curiosamente, esta passagem remete para uma nota na qual Conant aponta Weiner (1990) como sua influência para “este modo de formular o ponto” (Conant 2020a, p.61, n. 64). Conant (2020b, pp.407-408) comenta isto mesmo reconhecendo insuficiências na sua exposição de 1991; ele reformula aí essa tripartição sustentando que aquilo que Frege tem em vista é ora “o exercício de uma capacidade autónoma de pensamento lógico”, ora “o duplo exercício conjunto da nossa capacidade de pensamento lógico e intuição geométrica”, ora “o triplo exercício conjunto das nossas capacidades de pensamento lógico, intuição e percepção sensível”.

<sup>14</sup>Uma outra crítica desta interpretação de Conant foi feita por Stroud (2020). Argumenta ele: “Apenas as leis da lógica são o ‘fundamento último’ das verdades analíticas, mas isso não diz nada acerca do ‘fundamento’ ou da justificação das leis da lógica elas próprias, ou

mesmo acerca do nosso ‘fundamento’ para as tomar por verdadeiras.” (*Ibid.*, p.174). Stroud cita em seguida uma elucidativa passagem do prefácio às *Leis Fundamentais da Aritmética* — “A pergunta agora de por que razão e com que direito reconhecemos uma lei lógica como verdadeira só pode a lógica responder reconduzindo-a a outras leis lógicas.” (Frege 1893, p.xvii) — acrescentando: “Isso deixa o ‘fundamento’ ou a justificação dessas mesmas leis até agora inexplicados. Não diz nada que sugira que possa mesmo haver uma tal explicação. Nem sugere que o ‘fundamento último’ das leis da lógica, se existe um, reside ‘no pensamento puro apenas.’” (Stroud 2020, pp.174–175) Mais à frente, Stroud volta a questionar a ideia de que “o ‘fundamento último’ das leis da lógica reside ‘no pensamento puro apenas’” e mesmo que “*existe* uma tal coisa como o ‘fundamento último’ das verdades da lógica” (*ibid.*, p.179). Conant (2020c) responde a Stroud distanciando-se, num registo irónico, de algumas das posições assumidas em 1991 (pelo autor a que ele próprio chama “Conant”) mas, ao mesmo tempo, recusando (“Conant” e ele próprio) as principais teses que Stroud lhe atribui (a “Conant”), ainda que, no meu entender, nem “Conant” nem ele próprio apresente argumentos suficientes para se conseguir desembaraçar dos problemas levantados por Stroud. O resto do presente artigo pode ser visto como uma ampliação desses problemas.

<sup>15</sup>Uma tradução mais literal da passagem que se segue será: “Considero como fonte de conhecimento (*Erkenntnisquelle*) aquilo pelo qual é justificado o reconhecimento da verdade, o juízo.”

<sup>16</sup>Este pormenor, chamemos-lhe assim, do desacordo entre Kant e Frege é apresentado por Conant desta forma: “Frege torna claro nas suas discussões da concepção de Kant da aritmética que compreende a posição de Kant (que as verdades da aritmética são sintéticas *a priori*) como equivalendo à defesa de que a intuição pura tem de ser invocada como ‘o fundamento último do nosso conhecimento de tais juízos.’” E acrescenta: “Frege toma a preocupação de Kant aqui como tendo que ver, tal como a sua, com a *justificação* das verdades da aritmética.” (Conant 2020a, p.61, n. 60) A expressão que Conant cita é do § 12 de *Os Fundamentos da Aritmética*, seguindo mais uma vez a tradução de Austin. Todavia, o texto original dá-nos um sabor diferente da posição de Frege. Após mencionar que Kant optou por considerar as leis da aritmética “sintéticas *a priori*” em vez de “analíticas”, Frege adianta: “Neste caso, provavelmente, não resta senão invocar uma intuição pura como último fundamento do conhecimento (*als letzten Erkenntnisgrund*), embora seja difícil dizer aqui se é espacial ou temporal, ou o que mais pode ser.” (Frege 1884, pp.17–18) Esta é a única ocorrência da noção de *Erkenntnisgrund* em toda a obra, o que demonstra a inaplicabilidade do *epistémico* ao domínio analítico.

<sup>17</sup>Já Schlick, influenciado por Einstein, assumirá uma posição diferente. Na segunda edição da *Doutrina Geral do Conhecimento*, de 1925, a propósito da cessação do “absolutismo (*Alleinherrschaft*) da geometria euclidiana na física”, Schlick afirma que “a geometria [...] não procede de proposições sintéticas *a priori* mas de convenções, portanto de definições implícitas”, citando depois um passo do ensaio “Geometria e Experiência” (“*Geometrie und Erfahrung*”) de Einstein, publicado em 1921 (Schlick 2009, pp.737–738). Schlick confere à “geometria pura” uma natureza “analítica”, mas sustenta que num plano real, o da geometria aplicada, aquilo que está em causa são “juízos” que possuem um “carácter sintético” enquanto tal, ou seja “*a posteriori*”, porquanto “apenas a experiência decide sobre a sua validade” (*ibid.*, p.738).

<sup>18</sup>O segundo princípio é “ter de se perguntar pela referência (*Bedeutung*) das palavras

no contexto da proposição (*Satzzusammenhang*), não no seu isolamento”, ao passo que a necessidade de “distinção entre conceito e objeto” constitui o terceiro princípio.

<sup>19</sup>Existem, contudo, leituras mais radicais. Constituem exemplos recentes Waxman (2019) e Rogove (2020). Este último, ao acentuar o propósito husserliano da “desantropologização do *a priori*”, colocou a questão da seguinte maneira: “Embora seja em certo sentido anacrónico atribuir psicologismo (ou, do mesmo modo, antipsicologismo) a Kant, dado que este conceito enquanto tropo polémico só aparece postumamente em relação ao seu trabalho, a atribuição permanece pertinente já que aquilo que se defende não é que Kant foi explicitamente um partidário do psicologismo como tese, mas que as suas premissas são as do psicologismo.” E conclui de forma não menos controversa: “[...] independentemente de se atribuir uma forma de psicologismo a Kant, é indisputável que Husserl bem como Frege compreenderam o seu próprio antipsicologismo enquanto fundamentalmente dirigido a Kant, a quem atribuíam a paternidade do psicologismo contemporâneo.” (*Ibid.*, pp.57 e 59) Um olhar mais moderado sobre o posicionamento de Frege e Husserl em relação a Kant encontra-se em Mohanty (1999, pp.12–31).

<sup>20</sup>Isto pertence à “Doutrina dos Fundamentais” da *Doutrina da Ciência*.

<sup>21</sup>O conceito de “pensamento” (*Gedanke*) é explicitado em Frege (1892, designadamente pp.32 e ss.; 1893, especialmente pp.x, 7, 9 e 50–51; 1918-1919). Acerca das similitudes entre as posições de Bolzano e Frege, considere-se o que escreve Dummett (1993, p.23): “As proposições em si de Bolzano são, obviamente, o equivalente dos pensamentos de Frege. Ele defendeu, como Frege, que as ideias e proposições em si são objetivas e não dependem da nossa apreensão delas [...]”

<sup>22</sup>Estas páginas pertencem ao § 321 da “Doutrina do Conhecimento”, com o qual esta se encerra.